

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL
DA COMARCA DE ITAPORANGA D'AJUDA, ESTADO DE SERGIPE.**

KAUA RESENDE PINHEIRO, já qualificado nos autos em epígrafe, por intermédio do seu procurador, insatisfeito com a respeitável decisão proferida por este Douto Juízo, vem, à presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 1009 do Código de Processo Civil, interpor,

RECURSO DE APELAÇÃO

Onde requer que seja citado a parte contrária, para contrarrazões. Seja remetido os autos ao Egrégio Tribunal Justiça com as razões anexas. **Deixa de recolher o preparo por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita.**

Termos em que,
Pedem e aguarda deferimento.

Itaporanga D'Ajuda/SE, 11 de Dezembro de 2023.

Dr. Ricardo Henrique N. de Oliveira

OAB/ SE 4.668

AO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE.

RAZÕES DA APELAÇÃO

APELANTE: ANA CARLA SANTOS RESENDE

APELADO: SEGURADORA LÍDER

ORIGEM: 1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA D'AJUDA.

PROCESSO Nº: 201971000986

EGRÉGIO TRIBUNAL JUSTIÇA, a respeitável decisão proferida pelo juízo "a quo", não merece prosperar, onde faz jus a sua reforma, por não atender o adequado emprego da Justiça e do Direito aplicável à matéria, o que prejudicou o apelante, pela ausência de satisfação de todo o seu direito, não restando alternativa a não ser interpor o presente Recurso de Apelação, nos termos expostos a seguir.

DO PREPARO

A parte apelante deixe recolher preparo, por não possuir condições financeiras para arcar com as despesas da mesma.

Destaca-se ainda que a parte apelante foi beneficiário da gratuidade da justiça no processo de origem.

BREVE SÍNTESE

A Apelante demandou com a **AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS**, em face da Apelada, visto que no **dia 27 de novembro de 2017**, às 06h00min, quando estava transitando de garupa na motocicleta Honda CG 160 START, Placa Policial QMC 2820/SE, Chassi 9C2KC2500JR009645, de propriedade de DANIEL PINHEIRO MATOS, que estava conduzindo a moto, no Viaduto sentido a Estancia – BR235, neste município, vindo a sofrer fratura de diafise fêmur direito, perda de consciência, vomito, tendo sido encaminhado ao Hospital João Alves na capital.

Entretanto, a requerente solicitou o SEGURO DPVAT, de nº de sinistro: 3180380159 com natureza de Invalidez, apesar do requerente enviar todos os documentos necessários, a seguradora encaminha uma carta de exigência solicitando os mesmos documentos já enviados. A requerente realizou o ultimo envio dos documentos em 14/03/2019.

Todavia, o Douto Juízo “a quo”, julgou improcedente os pedidos elencados na petição inicial, não atender o adequado emprego da Justiça e do Direito aplicável à matéria, o que prejudicou a apelante, onde vem perante estes Egrégio Tribunal requerer a sua reforma.

DA DECISÃO

O Juiz julgou improcedente o pedido da parte APELANTE:

III - DISPOSITIVO Isso posto, extingo o feito com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, CPC/2015 e **JULGO IMPROCEDENTE, rejeitando os pedidos formulados na ação.** Consoante o princípio da causalidade, condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários de sucumbência arbitrados em 10% do valor da causa, com fulcro no §§ 6º e 2º do CPC/2015, observada a suspensão de que trata o §3º do art. 98 do Novo Código de Processo Civil, em razão da gratuidade deferida. Interposto Recurso de Apelação, intime-se a parte Apelada para, no prazo de 15 (quinze dias), apresentar suas contrarrazões, nos moldes do art. 1.010, §1º do CPC. Caso as contrarrazões do recurso principal ou do adesivo ventilem matérias elencadas no art. 1.009, §1º, do CPC, intime-se o recorrente para se manifestar sobre elas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o art. 1.009, §2º, do CPC. Se o apelado interpuser apelação adesiva, intime-se o ora apelante para apresentar contrarrazões (art. 1.010, §2º do CPC). Em caso negativo, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça deste Estado (art. 1.010, §3º do CPC). Após o trânsito em julgado, inexistindo requerimentos, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se

A respeitável decisão proferida pelo juízo “a quo”, não merece prosperar, onde faz jus a sua reforma, por não atender o adequado emprego da Justiça e do Direito aplicável à matéria, o que prejudicou a APELANTE onde requer sua reforma.

DAS RAZÕES DA REFORMA

Honrados Julgadores, colenda turma, cumpre esclarecer que, a respeitável decisão do juízo “a quo” merece ser modificada, tendo em vista que, não atende ao verdadeiro emprego de justiça.

Insta ponderar que, O DPVAT conforme o art. 3º, inciso II, da lei nº. 6.194/74, são os danos por invalidez permanente, total ou parcial, com valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Conforme verifica-se dos autos, no dia 11/04/2022 o Autor foi submetido ao exame médico pericial, que em seu laudo, foi bastante controverso acerca da incapacidade clínica do Autor, ou ainda não se atentou as nuances do caso, já que o requerente apresenta movimentos, cognição e comportamento, incapacitando-o de realizar suas atividades habituais (inválido) por um período indeterminado.

O médico atestou em seu relatório, em breve síntese, que o autor tem restrição do arco de movimento no ombro direito: na rotação interna e externa e Restrição do arco de movimento no cotovelo direito: na flexão. Todavia, nos itens seguintes, de forma contraditória, o médico atesta que incapacidade parcial – perda residual de um dos membros inferiores (10%). Assim, o requerente apresentou impugnação ao laudo apresentado.

Destarte, Excelência, o diagnóstico apresentado no laudo não corresponde a real condição física do requerente, que possui limitações articular, encurtamento muscular, restando definitivamente incapaz para a vida independente.

O Perito, em que pese apresentar competência técnica para a avaliação e elaboração do laudo juntado aos autos, parece o ter realizado sem o menor esmero, pois, o mesmo apresenta inconsistências e reflete uma avaliação genérica e mecânica, PODENDO NESTE CASO INCORRER EM INJUSTIÇAS E APRECIACÃO ERRONEA.

O LAUDO APRESENTADO REFLETE UM VERDADEIRO MODELO GENÉRICO PREENCHIDO. NÃO HÁ PROFUNDIDADE, ARGUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVAS NO MESMO QUE LEGITIMEM atestar a incapacidade parcial incompleta – perda residual de um dos membros inferiores (10%) quando na verdade se exige a declaração de incapacidade total de 100%, total.

Dessa forma, resta claro que o perito nomeado para realização do laudo médico pericial do autor, não descreveu o diagnóstico compatível a real situação médica do requerente, não é expert no assunto.

Senão vejamos as perguntas respondidas:

Dr. Ricardo Henrique N. de Oliveira

(V) Segundo o sistema médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico corria com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anômalo ou funcional definitivo (sequela)

Em caso de dano anômalo ou funcional definitivo informar as disfunções físicas incapacitantes e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

(VI) Em virtude da evolução da lesão tipo de tratamento, houve necessidade de tratamento complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de procedimento na questão "a" do item VI ou de resposta afirmativa ao item V, fazer ADO processo ou demais exames médicos necessários.

(VII) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 deve-se promover a quantificação das lesões (funções) permanentes (a) das e/ou partes (a) das incapacitantes e/ou incapacitantes (a) do dano anômalo ou funcional definitivo, especificando, segundo o artigo 2º da Lei 11.945/09, (a) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e (a) dano anômalo ou funcional presente no tratamento legal, fazer a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total (Dano anômalo ou funcional permanente que compromete a integridade do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

b) ☒ Parcial (Dano anômalo ou funcional permanente que compromete apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima. Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anômalo ou funcional permanente que compromete de forma global algum segmento corporal da Vítima)

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anômalo ou funcional permanente que compromete apenas em parte a um ou mais de um segmento corporal da Vítima)

b.2.1 Informar o grau de incapacidade decorrente da Vítima, segundo o previsto na tabela II, § 1º do art. 3º da Lei 11.945/09 com redação dada pelo artigo 2º da Lei 11.945/09, correlacionando o percentual ao dano respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatomico	Marque aqui o percentual
1º Lesão	<input checked="" type="checkbox"/> 10% Parcial <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
2º Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Parcial <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
3º Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Parcial <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
4º Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Parcial <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa

Classificação: Marque aqui o grau de incapacidade decorrente da Vítima, segundo o previsto na tabela II, § 1º do art. 3º da Lei 11.945/09 com redação dada pelo artigo 2º da Lei 11.945/09, correlacionando o percentual ao dano respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Nesse trilhar, na Discussão/conclusão o perito aduz que, avaliadas as sequelas ortopédicas presentes no autor, decorrentes do acidente de trânsito sofrido, temos a ocorrência de fratura da PERNA DIREITA.

Como se observa, o médico vai na contramão das suas alegações, ora diz que o autor tem perda funcional de 10% de um dos membros inferiores um grave trauma em sua perna direita, fratura de fêmur tendo sido submetido a tratamento cirúrgico, o que veio a limitar seus movimentos, cognição e comportamento.

Contudo, o grau de natureza para recebimento da indenização é leve, um absurdo Excelência, uma pessoa que é dependente de um terceiro para qualquer coisa da vida, com sequelas de natureza gravíssima.

Desta forma, o autor faz jus ao recebimento da indenização de forma total.

E mais, o Art. 468, também do código de ritos, visando não deixar quaisquer dúvidas, esclarece que:

Art. 468. O perito pode ser substituído quando:

I - faltar-lhe conhecimento técnico ou científico;

Assim, impõe-se ao juízo a quo que seja designada nova perícia médica, desta vez realizada por um médico especialista na CID apresenta nos documentos seja garantido um resultado justo ao presente feito, bem como, que seja dado cumprimento ao que determina o código de ritos.

No mais, a art. 927, Parágrafo Único, do mesmo Código Civil determina a obrigação de indenizar por aquele que acaba por causar dano a outrem mediante ato ilícito, independentemente de culpa.

Data vênua, a sentença proferida pelo juízo "a quo" não atende ao verdadeiro emprego da justiça. Em que pese, restou prejudicado a parte APELANTE, razão pela qual interpõe o presente recurso.

Conforme destacado, a presente e respeitosa decisão proferida pelo juízo a quo, não atende ao verdadeiro emprego da justiça, onde vem parente este EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA requerer a sua reforma.

DOS PEDIDOS

Isto posto, desde já requer:

a) O recebimento do presente RECURSO DE APELAÇÃO, tendo em vista o preenchimento dos requisitos de admissibilidade;

b) Seja recebido nos seus regulares efeitos devolutivo
suspensivo;

c) Que seja dado provimento para a procedência do
pedido inicial, condenando a parte Apelada em Reparação Civil Por Danos
Morais e o pagamento do seguro DPVT no valor de **R\$ 13.500,00 (Treze mil e
quinhentos reais)**;

d) Condene a APELADA em honorários de
sucumbência;

e) Deixa de recolher custas recursais, considerando
que a mesma foi beneficiária da gratuidade da justiça;

Nestes Termos,

Espera Deferimento.

Itaporanga D'Ajuda/SE, 11 de dezembro de 2023.

Dr. Ricardo Henrique N. de Oliveira

OAB/ SE 4.668